



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este periódico está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve atribuir **o devido crédito**, fornecer um link para a licença, e **indicar se foram feitas alterações**. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

NãoComercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

SemDerivações — Se você **remixar, transformar ou criar a partir** do material, você não pode distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This Journal is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

The licensor cannot revoke these freedoms as long as you follow the license terms.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

NoDerivatives — If you **remix, transform, or build upon** the material, you may not distribute the modified material.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or **technological measures** that legally restrict others from doing anything the license permits.

Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt>

O ESTADO E A DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PARA CRIANÇAS: A LITERATURA TRADUZIDA NO PNBE

THE BRAZILIAN STATE AND CHILDREN'S BOOKS DISTRIBUTION: TRANSLATED LITERATURE AT THE *PNBE*



Lia Araujo Miranda de LIMA¹
Mestre em Estudos de Tradução
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil
liaamiranda@gmail.com

Resumo: O Estado brasileiro tem sido, historicamente, o grande cliente das editoras de livros para crianças. A literatura infantil brasileira surge, já em seus primórdios, vinculada à escolarização, e as escolas públicas são o primeiro reduto do mercado livreiro. Ao longo do pouco mais de um século de história da literatura infantil no Brasil, o papel do Estado e da instituição escolar seguem decisivos nos rumos do mercado editorial. Percorrendo essa trilha, refletiremos sobre a presença da literatura traduzida para a primeira infância (0 a 6 anos) no principal programa estatal de distribuição de livros de literatura – o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/MEC).

Palavras-chave: tradução, literatura infantil, escola, Estado, PNBE.

Abstract: The Brazilian state has historically been the greatest client for children's book publishers. Brazilian children's literature from its origins emerges already bonded to schooling, and state schools are the first consumers for the book market. Through a little more than a century of history of children's literature in Brazil, the role of the state and the school institution remains crucial in the course of the book publishing market. Following this path we will reflect upon the presence of translated literature for early childhood (0 to 6 years old) in the main state program for the distribution of literature books – the *Programa Nacional Biblioteca da Escola* (National School Library Program, PNBE/MEC).

Key words: translation, children's literature, school, state, PNBE.

Introdução

Neste artigo, trataremos da ligação histórica da literatura infantil com a escola – e, por decorrência, com o Estado – e suas repercussões sobre a dinâmica entre autores estrangeiros e brasileiros na formação da literatura infantil nacional e sobre as características que o livro para crianças adquiriu. Inicialmente, propomos uma visão panorâmica, abarcando o que se chama genericamente “literatura infanto-juvenil”, pois as pesquisas históricas realizadas até o momento raramente fazem distinção entre as obras para adolescentes e jovens e aquelas direcionadas aos pequenos leitores. Em seguida, falaremos

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

mais especificamente sobre os livros traduzidos para a primeira infância que têm sido distribuídos às escolas públicas brasileiras por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Observando historicamente a tradução para crianças em sua relação com a escola e o Estado, podemos identificar movimentos no perfil da literatura traduzida e na forma como tem sido traduzida. Itamar Even-Zohar, em sua Teoria dos Polissistemas, considera a literatura traduzida não como um sistema fechado dentro de um polissistema literário, mas como um sistema ativo dentro desse último. Em alguns casos, a literatura traduzida ocupa uma posição central dentro do sistema literário (o que significa que atua como força inovadora); em outros, periférica (caso em que está a serviço de repertórios conservadores) (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 46-47).

Um dos casos em que as traduções ocupam uma posição central é quando o polissistema literário receptor é jovem, conforme aponta Even-Zohar. É o caso do Brasil no século XVIII. Nesse caso, as obras estrangeiras introduzem na literatura de chegada atributos tais como novos modelos de realidade, nova linguagem (poética), ou novos padrões e técnicas de composição:

É evidente que os próprios princípios de seleção de obras a serem traduzidas são determinadas pela situação que governa o polissistema (de chegada): os textos são escolhidos de acordo com sua compatibilidade com as novas abordagens e o papel supostamente inovador que elas possam assumir dentro da literatura alvo² (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 47).

Podemos, assim, observar alguns movimentos (ou “conversões”, na terminologia de Even-Zohar) que têm ocorrido historicamente dentro do polissistema da literatura infantil no Brasil. Assistimos, por exemplo, a tendências nacionalistas, domesticadoras – por vezes quase xenófobas –, como durante o regime militar que se iniciou na década de 1960; e presenciamos, por outro lado, uma postura internacionalista e transcultural, que se ampliou com a redemocratização política e predomina até o momento. As ideologias acerca do que se deve traduzir e publicar para crianças, e de como fazê-lo, alternam-se, por vezes coexistindo, ora umas ocupando o centro, ora outras. Para Even-Zohar, a dinâmica entre sistemas canonizados e não canonizados é necessária para a evolução do polissistema – que, se estagnado, não consegue mais atender às necessidades mutáveis da sociedade (EVEN-ZOHAR, 1990). À proteção da criança dos terrores dos contos de fadas, com publicações editadas e adaptadas, opõe-se a defesa de traduções integrais e sem censura; as temáticas preferidas pelas editoras e pelas instituições educacionais também se sucedem umas às outras

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

– embora possamos identificar uma tendência conservadora nesse ponto, com a presença já mais que centenária dos contos de fadas nas seleções escolares.

André Lefevere (1982; 1992) aponta a força da educação formal na canonização das obras literárias. Embora conservador, o sistema literário é dinâmico: “As obras literárias canonizadas serão as mesmas, mas as reescrituras pelas quais são apresentadas ao público diferem, por vezes radicalmente”³ (LEFEVERE, 1992, p. 19-20).

Literatura infantil, escola, Estado e mercado: panorama histórico

Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman, as origens da literatura infantil no ocidente estão localizadas ao redor da revolução industrial. A classe burguesa, a fim de consolidar-se política e ideologicamente, atua nas instituições, moldando-as conforme seus interesses. Entre essas instituições está a família, que de feudal e comunitária passa a nuclear e privada. No seio dessa família é que a criança será preservada, e o novo valor a ela conferido permite que doravante lhe sejam fabricados brinquedos e livros (LAJOLO e ZILBERMAN, 2007, p. 16).

É também entre fins do século XVIII e início do XIX que ocorre o fenômeno da escolarização. A família e a escola, como instituições aliadas na manutenção da infância, favorecem a consolidação da literatura infantil na Europa. E, por trás delas, a industrialização e a necessidade de afirmação da burguesia. Assim, a literatura infantil já nasce como mercadoria:

Tem características peculiares à produção industrial, a começar pelo fato de que todo livro é, de certa maneira, o modelo em miniatura da produção em série. E configura-se desde sua denominação — trata-se de uma literatura para — como criação visando a um mercado específico, cujas características precisa respeitar e mesmo motivar, sob pena de congestionar suas possibilidades de circulação e consumo (LAJOLO e ZILBERMAN, 2007, p. 17).

Em relação à escola, seu primeiro papel na habilitação das crianças para o consumo de livros impressos é o letramento. Assim, a literatura infantil surge na dependência da instituição escolar – e exatamente por essa razão tende a incorporar elementos pedagógicos, a fim de assegurar sua utilidade.

Assim como na Europa, no Brasil as relações entre escola, mercado e literatura infantil são profundas. Na virada do século XIX para o XX, o país vivia uma acelerada urbanização, e começava a formar-se um mercado consumidor para diversos tipos de publicações em escala industrial – entre elas, o livro infantil. Ao mesmo tempo, passa-se a valorizar a instrução

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

escolar e as campanhas pró-alfabetização. Em 1870, a educação passa a ser obrigatória, o que provoca uma explosão no mercado (ZILBERMAN, 1996, p. 17).

Até então, a literatura infantil brasileira era formada essencialmente por traduções portuguesas. Conforme relata Lawrence Hallewell:

A maior parte da literatura infantil naquela época, e praticamente todos os livros para crianças menores, vinham de Portugal; e mesmo aquela pequena parte produzida no Brasil seguia ainda, na linguagem, os usos da pátria mãe. A criança não apenas se confundia com as palavras e o estilo grotesco desses livros: frequentemente tinha dificuldade até mesmo para compreendê-los (HALLEWELL, 1985, p. 201).

Foi a escola o grande motor da nacionalização da literatura infantil, com a contratação de tradutores brasileiros, tais como Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel, e a inclusão de autores nacionais em seletas ainda preparadas e impressas em Portugal. Sentia-se falta de material adequado para a leitura das crianças brasileiras, que começam a encher as escolas (SANDRONI. In: SERRA, 1998, p. 12). A literatura europeia, com seu projeto educativo e pedagógico, se encontra na gênese da literatura infantil brasileira. Conforme relatam Lajolo e Zilberman, o país apropriou-se do texto infantil, inserido no ambiente escolar, como aliado imprescindível na formação de cidadãos. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2007, p. 30-31).

A apresentação de *Histórias da avozinha* (1896), coletadas, traduzidas e adaptadas por Pimentel, explicita os ideais preponderantes à época acerca do que deveria ser o livro infantil: “Livro para crianças / Contendo cinquenta das mais célebres, primorosas, divinas e lindas histórias populares, morais e piedosas”.⁴

A predileção por temas edificantes também pode ser identificada em crítica de Machado de Assis à tradução de *Contos Seletos das Mil e uma Noites* (1882) por Carlos Jansen, da qual vale a pena reproduzir alguns excertos:

O Sr. Carlos Jansen tomou a si dar à mocidade brasileira uma escolha daqueles famosos contos árabes das *Mil e Uma Noites* [...]. Esta escolha é conveniente; a mocidade terá assim uma amostra interessante e apurada das fantasias daquele livro, alguns dos seus melhores contos, que estão aqui, não como nas noites de Sheherazade, ligados por uma fábula própria do Oriente, mas em forma de um repositório de *coisas alegres e sãs*.

Para os nossos jovens patrícios creio que é isto novidade completa. Outrora conhecia-se, entre nós, esse maravilhoso livro, tão peculiar e variado, tão cintilante de pedrarias, de olhos belos, tão opulentos de sequins, tão povoado de vizires e sultanas, *de idéias morais e lições graciosas*. [...]

[...] dá-lhes o Sr. Laemmert, velho editor incansável, um *brinquedo graciosíssimo, com que podem entreter algumas horas dos seus anos em flor*. [...]⁵

Percebe-se, pelo relato de Machado de Assis, algumas ideias do que seria uma boa leitura para jovens: uma história bela, com boas lições e ideias sãs, além de agradável à leitura e ao entretenimento.

Apesar do rompimento de Monteiro Lobato com o projeto europeu e da inauguração de uma literatura legitimamente nacional com a publicação de *A menina do narizinho arrebitado*⁶ em 1920, até a década de 1960 ainda persistia a visão da literatura como meio, não como fim: um instrumento que podia levar as crianças às boas atitudes ou a comportamentos anárquicos.

Tal postura foi adotada pelo movimento Escola Nova, apoiado na psicologia comportamental. Um de seus representantes foi o educador Lourenço Filho, que atuou durante esse período como consultor da editora Melhoramentos (então Weiszflog Irmãos)⁷. Guiava a escolha das publicações o ideal de harmonia social, num contexto de censura pelo Estado Novo que atingia também a literatura infantil. Tratava-se de uma triagem ideológica, politicamente conservadora. Hallewell relata as influências de Lourenço Filho na reforma educacional brasileira e sua interferência nas publicações para crianças:

A Melhoramentos manteve-o por muitos anos como consultor editorial. A partir de 1926, ele fazia sistematicamente a revisão de todos os livros infantis da casa, num esforço para ampliar a faixa etária de cada título pela *simplificação do vocabulário* e pela *eliminação de quaisquer passagens que pudessem provocar “sentimentos de medo ou terror”* (HALLEWELL, 1985, p. 259. Grifos nossos).

Entre as obras estrangeiras vetadas por Lourenço Filho para publicação pela Melhoramentos estava o romance para jovens *Os meninos da rua Paulo*, do húngaro Ferenc Molnár (1878-1952), de 1907. Apenas em maio de 2005 o clássico foi editado no Brasil, pela editora Cosac Naify, com tradução de Paulo Rónai, e foi selecionado para compor os acervos do PNBE 2009 e do Programa Minha Biblioteca 2010.

Em sua tese de doutorado, Gabriela Pellegrino traz dados documentais importantes acerca da política da Melhoramentos sobre as traduções no período de 1920-1960. Os pareceres de Lourenço Filho acerca das obras estrangeiras questionavam seu interesse para as crianças brasileiras e exigiam que elas fossem culturalmente inteligíveis. O diretor discutia as opções dos tradutores, sempre em favor da domesticação (um exemplo citado por Pellegrino é a substituição de *Zoo* por *Jardim Zoológico*)⁸, da simplificação da linguagem para maior inteligibilidade e da adaptação, quando houvesse passagens que ele julgava demasiado fortes ou impressionantes para as crianças. Essa última prática era especialmente usual em relação

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

aos contos de fadas. Cabe notar também mudanças gráficas exigidas por Lourenço Filho para a publicação de obras estrangeiras, como foi o caso da exclusão das gravuras de Gustave Doré por não serem “do tipo que agrade às crianças”⁹.

Nas décadas de 1960-70, que se seguiram ao período escolanovista, os autores brasileiros ganharam espaço e visibilidade com o auxílio das políticas públicas, “[...] para atender ao crescimento do público leitor provocado pela lei da reforma de ensino que obriga a *adoção de livros de autor brasileiro* nas escolas de 1º grau. Mais uma vez a literatura infantil se vê ligada ao sistema de ensino” (SANDRONI. In SERRA, 1998, p. 17. Grifo nosso). O Estado, por força de lei, atua no sentido de impedir que as traduções predominem nos acervos das escolas públicas. Ressalte-se que tal movimento esteve ligado ao regime de exceção que se instalou no período, o que gerou “uma espécie de xenofobia” literária nos meios educacionais e culturais. A partir da redemocratização, bons autores estrangeiros voltam a ser traduzidos (BORDINI. In: SERRA, 1998, p. 44).

Em 1989, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) premia, pela primeira vez, um livro na categoria Tradução Jovem: *Salada Russa* (Paulinas, 1988), uma coletânea de contos de Tolstói, Gorky, Púchkin e Tchêkhov, traduzidos do russo por Tatiana Belinky. Em 1990, a FNLIJ inaugura a categoria Tradução Criança, premiando *O rei Bigodeira e sua banheira* (Ática, 1989) de Audrey e Don Wood, com tradução de Gisela Maria Padovan. Nesta segunda década do século XXI, as traduções para crianças seguem fortes no mercado editorial.

A literatura traduzida no PNBE

Conforme vimos em nossa breve retrospectiva histórica, a preocupação das autoridades governamentais com a produção de materiais de leitura escolar para as crianças data de mais de um século. Contudo, apenas a partir das décadas de 1960-70 as iniciativas de promoção da leitura se expandem e, com elas, a circulação de livros infantis. Novos autores brasileiros, com propostas literárias que buscavam fugir do modelo pedagógico e moralizante herdado do século XVIII europeu, começam a surgir (PERROTTI, 1990, p. 14-15).

A partir da expansão da rede de ensino, o livro passou a penetrar em segmentos sociais que, durante décadas, estiveram excluídos de um público leitor composto essencialmente pela elite cultural brasileira. Edmir Perrotti observa que, paralelamente a essas alterações, ocorria outra, das mais importantes: “o surgimento de um conjunto discursivo cuja preocupação central é a promoção da leitura [...]” (PERROTTI, 1990, p. 15). A partir daí, formou-se um

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infêis*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

“pacto” tácito, um consenso generalizado pela universalização da cultura letrada, apoiada em políticas promocionais de estímulo à leitura. Trata-se, segundo Perrotti, de “um projeto de intervenção cultural que repousa na possibilidade de vencer dificuldades atropelando diferenças e conflitos” (PERROTTI, 1990, p. 33).

Sem nos alongarmos nas das implicações antropológicas, sociais e políticas dessa realidade, bem avaliada criticamente por Perrotti, o exemplo do PNBE ilustra com perfeição o modelo intervencionista do Estado no sentido de promover a leitura a partir da instituição escolar. Segundo o site do Ministério da Educação,

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.¹⁰

A apresentação do relatório de avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/MEC) de 2008 explicita como o Estado tem levado a cabo esse projeto: “O modelo de intervenção adotado vem historicamente privilegiando *um único aspecto* que compõe uma política de formação de leitores: *a compra e a distribuição de livros* às escolas e aos alunos” (BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane, 2008. Grifos nossos). Atualmente, a distribuição é feita às bibliotecas escolares, numa política de valorização da biblioteca “como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola” (PAIVA et. al, 2008, p. 8).

73

O impacto editorial da política de aquisição de livros pelo Estado é visível. Já em 1921, relata Koshiyama (2006), *A menina do narizinho arrebitado*¹¹ alcançou uma tiragem de 50 mil exemplares graças à encomenda do então governador de São Paulo, Washington Luís, para uso nas escolas primárias paulistas.

O PNBE tem atendido, alternadamente: 1) as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos (anos pares); e 2) as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio (anos ímpares). Para dar uma ideia da extensão do programa, coletamos alguns dados do PNBE 2012 – última edição que havia atendido a educação infantil até a data do levantamento de dados desta pesquisa¹²:

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

Ano de aquisição	Ano de atendimento	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Livros	Atendimento
2011	2012	3.581.787	86.088	3.485.200	Educação Infantil
		14.565.893	115.344	5.574.400	Fundamental do 1º ao 5º ano
		4.157.721	38.769	1.425.753	Jovens e Adultos (EJA)
		22.305.401	148.018	10.485.353	Total

fonte: Dados Estatísticos PNBE. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Conforme tabela acima, o PNBE 2012 atendeu educação infantil, ensino fundamental (1º ao 5º anos) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dos quase 10,5 milhões de livros distribuídos, 3.485.200 foram destinados à educação infantil (crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas), beneficiando mais de 3,5 milhões de crianças¹³.

Para montar seus acervos, o MEC tem contratado consultorias especializadas, com destaque para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) em 1999 e para o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceale/FaE/UFMG), a partir de 2008. Atualmente, o Ceale atua como Coordenador Geral do processo seletivo, do qual participam cerca de cem avaliadores distribuídos pelos estados brasileiros¹⁴.

Os critérios de avaliação e seleção expostos no edital revelam os ideais políticos e ideológicos que motivam a escolha dos títulos:

As obras de literatura [...] deverão contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma *leitura emancipatória*, por meio do acesso a *textos literários de qualidade que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto*. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas, também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca.

[...] É objetivo do PNBE 2015 que os alunos possam apropriar-se de práticas de leitura e escrita *de forma a interagir com a cultura letrada disseminada socialmente, promovendo o pleno exercício da cidadania* (Edital de convocação 03/2014 PNBE 2015, p. 29. Grifos nossos).

Houve, portanto, uma mudança de visão em relação à era da Escola Nova. À postura moralizante, defensora dos bons costumes, opõe-se agora a intenção do educador de despertar na criança o senso crítico e o exercício da cidadania. Tal guinada ideológica não se deu apenas na teoria, mas foi acompanhada, na prática, por uma mudança de perfil nos acervos e por novas práticas tradutórias. Em relação aos livros publicados, a censura (tanto pelo Estado quanto pelas editoras) deu lugar a uma maior tolerância diante de livros “estranhos” ou “mal-

comportados”. Citamos, por exemplo, *Eram cinco* (Cosac Naify, 2005. Trad. Lilian Jenkino e Márcia Lígia Guidin) do poeta concretista austríaco Ernst Jandl (autor) e do artista plástico alemão Norman Junge (ilustrador), adotado pelo PNBE 2005. O texto é minimalista, sem muitas explicações que conduzam a criança, e a iluminação do ambiente é um tanto macabra, dando o clima de suspense.

Quanto às práticas tradutórias, as adaptações livres passaram a ser questionadas em favor de traduções integrais, sem cortes ou alterações para facilitar o caminho da criança. A esse respeito, citamos *Os corvos de Pearblossom*, de Aldous Huxley (Record, 2006 – PNBE 2008), cuja tradução de Luiz Antonio Aguiar mantém todos os nomes ingleses, sem qualquer propósito de nacionalização – como costumava ser feito desde Lobato até os tempos da Escola Nova.

Conforme o edital do PNBE de seleção de obras para o acervo de 2015, que atenderá os anos finais do ensino fundamental, são aceitas traduções, e os acervos se propõem a oferecer aos leitores *um panorama da literatura brasileira e estrangeira*¹⁵. Não se estabelece um percentual máximo de literatura traduzida que pode constar nos acervos, embora os títulos de autores brasileiros venham superando os estrangeiros em 3 ou 4 vezes. A tabela abaixo foi elaborada com base nos acervos de 2008 a 2012¹⁶, anos pares:

Ano	Traduções (total)	Total de acervos	Total de livros	Traduções (%)
2012	28	4	100	28%
2010	18	4	100	18%
2008	16	3	60	27%

Os acervos do PNBE, contudo, não são suficientes para afirmar que estejam sendo publicadas mais obras de autores brasileiros que traduções. Eles revelam apenas a escolha do avaliador – o Ministério da Educação, em conjunto com a instituição contratada para a seleção – e não o perfil do total de livros apresentados para seleção. Segundo informações concedidas por e-mail pela Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (Cogeam/SEB/MEC) em 22/09/2014, o MEC não estabelece percentuais mínimo ou máximo de traduções que possam constar nos acervos, sendo a escolha baseada na “qualidade literária”, na “adequação temática ao público” e na “diversidade cultural das obras”. A interferência institucional na composição nacionalizante do acervo ainda carece de maiores investigações.

LIMA. O estado e a distribuição de livros para crianças: A literatura traduzida no PNBE. *Belas Infâncias*, v. 4, n.2, p. 67-79, 2015.

Nos três anos analisados, o principal idioma traduzido foi o inglês, seguido pelo espanhol e pelo francês (em torno de 80% dos livros foram traduzidos a partir de um desses três idiomas). Os outros idiomas representados nos três anos analisados, porém em menor peso, foram italiano, alemão, japonês, coreano e holandês.

Se a prevalência de autores brasileiros nos acervos analisados não parece refletir exatamente o mercado livreiro, o perfil dos autores estrangeiros representados, sim. Existe uma preferência mercadológica por títulos de países ocidentais desenvolvidos, escritos em idiomas centrais, havendo pouco ou nenhum espaço para países e idiomas periféricos. Contudo, os acervos mais recentes do PNBE buscaram incluir alguns autores de países latino-americanos (Venezuela, Argentina e México), e o PNBE 2012 trouxe o tanzaniano *A árvore maravilhosa*, de John Kilaka (Martins Fontes, 2010. Traduzido do inglês por Christine Röhrig). Ainda assim, são minoria em relação aos países da Europa Ocidental, América do Norte e da Ásia desenvolvida (Japão e Coreia do Sul, notadamente).

Tal constatação suscita questionamentos acerca da proposta panorâmica do PNBE, utopia que esbarra na realidade do mercado. A literatura infantil é um dos campos nos quais mais prosperou o modelo romântico de internacionalismo e o espírito de reconciliação das nações que emergiu após a Primeira Guerra Mundial (O’SULLIVAN, 2004, p. 14). Contudo, a procedência viciada dos livros traduzidos para as crianças impede que se ignorem a existência de condições políticas, econômicas, culturais que determinam sua produção e sua transferência entre os países.

76

Conclusão

A estreita relação entre as políticas públicas educacionais e a produção editorial para crianças torna os acervos distribuídos pelo Estado um campo fecundo de investigação. A partir de sua análise, podemos observar mudanças históricas nas visões pedagógicas dominantes e em suas consequências diretas sobre o que se traduz e como se traduz para crianças.

Observa-se, nestas primeiras décadas do século XXI, uma maior abertura à tradução e à publicação de obras mais herméticas, contestadoras ou até chocantes, com maior elaboração estética, tanto no plano gráfico quanto no textual (citamos Victor Hugo, Maurice Sendak, David McKee, Shel Silverstein, Wolf Erlbruch, Davide Cali e Serge Bloch, John Birmingham, Jutta Bauer, alguns deles clássicos que passaram décadas sem publicação no Brasil). Algumas chegam a ser adotadas pelo Estado nos programas de distribuição de livros

de literatura e material didático, especialmente a partir dos anos mais avançados do ensino fundamental. Em razão da emergência de novos valores quanto ao que deve ser lido para as crianças, há um déficit importante entre a publicação de alguns clássicos da literatura internacional e sua tradução no Brasil (o norte-americano Peter Newell, por exemplo – pioneiro em inovações gráficas –, foi publicado no Brasil com 100 anos de atraso¹⁷).

Ao mesmo tempo, permanece o gosto pelos belos livros, que apaziguam a criança e o mediador e que se propõem a auxiliá-lo em questões práticas que envolvem o crescimento da criança. Tirar as fraldas, lidar com a mãe ou o pai ausentes, lidar com a morte, aceitar o diferente são alguns dos temas mais recorrentes nos catálogos das editoras e mesmo nos acervos do PNBE. Neste ponto, muitos autores brasileiros parecem seguir a mesma orientação dos estrangeiros, havendo uma enorme coincidência de temáticas e de formas de abordá-las. A censura ideológica tampouco desapareceu, uma vez que sempre haverá critérios para seleção de obras a serem traduzidas e prescrições de como devem ser traduzidas. Como exemplo, citamos *O livro do buraco*, de Peter Newell, que não foi publicado pela Cosac Naify junto com os outros dois livros do autor – provavelmente porque o evento motivador da narrativa é um disparo acidental de uma arma de fogo por uma criança.

77

O olhar que lançamos sobre esta pequena amostra das obras traduzidas no PNBE, seguindo o percurso histórico da literatura infantil no Brasil, evidentemente é insuficiente para explicar o fenômeno da tradução literária para crianças, mesmo que apenas localmente. Contudo, pode nos ajudar a esclarecer alguns dos aspectos relativos à publicação de traduções para crianças, notadamente a dinâmica entre as tendências ideológicas que predominam na seleção de obras a serem traduzidas, publicadas e adquiridas e nas normas aceitas para a sua tradução – ora umas assumindo a posição central, ora outras.

BIBLIOGRAFIA

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Studies. **Poetics Today**, vol. 11, n. 1. The Porter Institute for Poetics and Semiotics: Tel Aviv, 1990. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

HALLEWELL, Lawrence. **O Livro no Brasil:** sua História. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato**: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: História e Histórias. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 2007.

LEFEVERE, André. Mother Courage's cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature. **Modern language studies**, v. 12, p. 3-20, 1982.

_____. **Translation, rewriting and the manipulation of literary fame**. Londres: Routledge, 1992.

O'SULLIVAN, Emer. Internationalism, the universal child and the world of children's literature. In: HUNT, Peter. **International Companion Encyclopedia of Children's Literature**. 2nd ed., vol. 1. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

PAIVA, Aparecida et al. **Literatura na infância**: imagens e palavras. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Belo Horizonte: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008.

PAIVA, Aparecida (Org.); SOARES, Magda (Org.). **Literatura infantil**: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

78

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

SERRA, Elizabeth D'Ângelo (Org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras. Associação de Leitura do Brasil, 1998.

SOARES, G. P. Bastidores da edição literária para crianças no Brasil entre os anos 1920 e 1960: a atuação de Lourenço Filho junto à Companhia Melhoramentos. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). **Política, nação e edição**. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. O lugar dos impressos na construção da vida política. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 513-531.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires (Org.). **Teorizando e contextualizando a tradução**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1996.

ZILBERMAN, Regina. No começo, a leitura. **Em Aberto**, ano 16, n.69. Brasília, jan./mar. 1996.

¹ Lattes Lia Araujo Miranda de Lima. <http://lattes.cnpq.br/8248385539458046>.

² "It is clear that the very principles of selecting the works to be translated are determined by the situation governing the (home) polysystem: the texts are chosen according to their compatibility with the new approaches and the supposedly innovatory role they may assume within the target literature." Tradução nossa.

³ "The works of literature canonized will be the same but the rewritings by means they are presented to the audience differ, sometimes radically". Tradução nossa.

⁴ PIMENTEL, Figueiredo. Histórias da Avozinha. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 1896. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000137.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

⁵ ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Publicado como prefácio a Contos seletos das mil e uma noites, Rio de Janeiro, Laemmert & C., s/d. Republicada na Revista do Brasil,

junho de 1939. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/critica/mact30.htm>>. Acesso em: 15 set. 2014. Grifos nossos.

⁶ LOBATO, José Bento Monteiro. **A Menina do Narizinho Arrebitado**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1920. Acervo Ceda/Unicamp.

⁷ Cf. PELLEGRINO, Gabriela. In: DUTRA e MOLLIER, 2006, p. 513-531.

⁸ LOURENÇO FILHO, M. B. Parecer n. 1.137, 1948 apud PELLEGRINO, 2006.

⁹ LOURENÇO FILHO, M. B. Parecer n. 1.407, 1951 apud PELLEGRINO, 2006.

¹⁰ Apresentação do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:programa-nacional-biblioteca-da-escola&catid=309:programa-nacional-biblioteca-da-escola&Itemid=574>. Acesso em: 18 nov. 2014.

¹¹ LOBATO, José Bento Monteiro. **A Menina do Narizinho Arrebitado**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1920. Acervo Ceda/Unicamp.

¹² Os 250 títulos selecionados para o PNBE 2014 foram divulgados pela Portaria SEB nº 59, de 6 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000059&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=SEB/MEC>. Acesso em: 23 set. 2014. Contudo, os títulos não estão separados por acervos, não sendo possível definir com precisão quais deles seriam distribuídos ao segmento de educação infantil (creches e pré-escolas), nosso recorte. Assim, optamos por trabalhar com os acervos até 2012.

¹³ Dados obtidos no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>>. Acesso em: 19 set. 2014.

¹⁴ Informação prestada por e-mail pelo professor Carlos Augusto Novaes, do Ceale/UFMG, em 16/10/2014.

¹⁵ Edital de Convocação 03/2014 – CGPLI. Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o programa Nacional Biblioteca da Escola. PNBE 2015. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2014. p. 3.

¹⁶ Ver nota 12.

¹⁷ *O livro do foguete* (traduzido por Ivo Barroso) e *O livro inclinado* (traduzido por Alípio Correa de Franca Neto) foram publicados pela Cosac Naify em 2008. Ambos receberam o selo de Altamente Recomendável pela FNLIJ na categoria tradução/adaptação para crianças.

ACEITO EM: 26/11/2014

RECEBIDO EM: 22/07/2015